

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA**: ... seguida de **ASSERTIVA**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

PROVA OBJETIVA

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva que deve ser julgada acerca dos diversos institutos constantes na parte geral do Código Civil.

- 1 Júlio pretende se divorciar de Isabela. Antes de adotar as providências legais, decidiu emitir uma nota promissória de um valor significativo em prol de um amigo, no intuito de lesar a esposa na partilha de bens do casal. Nesse caso, o negócio jurídico poderá ser desfeito por ser anulável em virtude de dolo.
- 2 Em janeiro de 2015, Ricardo completou dezessete anos de idade, ocasião em que concluiu o ensino médio. No mês seguinte, casou-se com uma jovem e, em agosto de 2015, após prévia aprovação em concurso público, tomou posse e entrou em exercício de cargo público efetivo. Nessa situação, Ricardo é considerado capaz em termos civis a partir de sua posse no cargo público, momento em que fica configurada sua emancipação.
- 3 José desapareceu sem dar notícia de seu paradeiro. Maria, sua esposa, decidiu ir à delegacia registrar uma ocorrência, informando que José sequer deixou representante ou procurador com poderes para administrar seus bens. Após um longo período sem qualquer pista sobre o paradeiro de José, Maria recorreu ao judiciário. Nessa situação, o juiz que receber o caso deve declarar o estado de ausência de José e proceder à nomeação de um curador para gerir seus bens.
- 4 Gilmar contraiu um empréstimo e não teve condições de pagar as parcelas. Ao tomar conhecimento de que o mutuante iria ingressar em juízo para exigir o cumprimento da obrigação, Gilmar, prontamente, transferiu sua moto, único bem registrado em seu nome, ao amigo Jorge, o qual estava ciente do que estava acontecendo. Nessa situação hipotética, a ação de Gilmar configura fraude contra credores.

Em relação aos direitos das obrigações, contratuais, possessórios, de família e das sucessões, julgue os próximos itens.

- 5 Considere que Pedro, após adquirir imóvel de uma construtora, constatou defeito oculto que diminuiu sensivelmente o valor de mercado do bem. O problema era de tal magnitude que, se tivesse sido informado do defeito, Pedro não teria assinado o contrato. Em razão disso, postulou junto ao alienante a restituição dos valores pagos, mais perdas e danos. Nessa situação hipotética, considerando que a construtora tinha ciência do defeito, é direito de Pedro receber os valores pagos com perdas e danos.
- 6 A perda de propriedade pode acontecer pelas seguintes hipóteses legais: a alienação, a renúncia, o abandono, o perecimento da coisa, a desapropriação e a usucapião.
- 7 O direito aos alimentos é irrenunciável e personalíssimo; já a obrigação de prestar alimentos é transferida aos herdeiros do devedor. E mais, é imprescritível a ação para pleitear alimentos, só que as parcelas atrasadas prescrevem em dois anos a partir da data em que vencerem.
- 8 **Situação hipotética:** Marcos, com vinte e seis anos de idade, e Ana com vinte e dois anos de idade, ambos solteiros e capazes, pretendem se casar. **Assertiva:** Nessa situação, o casal poderá optar livremente entre os regimes de bens previstos em lei. Contudo, não havendo convenção entre os cônjuges em pacto antenupcial, vigorará o regime da comunhão parcial de bens.
- 9 Mário faleceu e deixou bens a inventariar, tendo como único herdeiro legítimo seu irmão Marcelo. Ocorre que a integralidade dos bens foi destinada a Antônio por meio de testamento deixado pelo *de cuius*. Nessa situação, Marcelo pode pedir a abertura do inventário e da partilha, e requerer a nulidade parcial do testamento, já que possui pleno direito à metade dos bens da herança, por ser herdeiro necessário, constituindo a legítima.

Acerca da parte geral do Código Penal, julgue os itens que se seguem.

- 10 O arrependimento posterior ocorre quando o praticante do crime esgota todos os meios executórios, mas impede o resultado voluntariamente, ainda que de forma não espontânea, antes da consumação do delito, o que evitaria a realização do ato criminal.
- 11 **Situação hipotética:** Um agente comprou uma arma, por um traficante tê-lo jurado de morte. Em certo dia, o agente se deparou com o criminoso, que levou as mãos à cintura. Imediatamente, o agente efetuou um disparo e acertou o traficante, que estava desarmado e apenas pretendia pegar uma chave no bolso. **Assertiva:** Por ter o agente incidido em erro sobre os pressupostos fáticos de uma excludente de ilicitude, que, se existisse, tornaria a ação legítima, será isento de pena por estar configurada a descriminante putativa.
- 12 Se o agente, ao efetuar disparo de arma de fogo, pretendia atingir um desafeto, mas vier a acertar, por engano, outra pessoa que estava de costas, será caracterizado o erro sobre a pessoa. Nessa situação, não devem ser consideradas as condições ou qualidade da vítima, mas sim aquelas referentes à pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
- 13 Aplica-se a lei penal brasileira aos crimes definidos pelo Brasil como reprimíveis por força de tratado ou convenção, para punir o estrangeiro que cometer esse delito fora do território nacional em desfavor de vítima brasileira, desde que satisfeitas algumas condições previstas no Código Penal, como o fato ser punível no país em que foi praticado e o crime estar incluso entre aqueles passíveis de extradição conforme a lei brasileira.

Em relação aos crimes em espécie, julgue os itens subsecutivos.

- 14 Considere que um delegado de polícia, ao receber uma pessoa surpreendida em flagrante delito por policiais militares, tenha pedido dinheiro ao advogado desse criminoso para não lavrar o auto de prisão em flagrante. Considere, ainda, que, ato contínuo, tenha havido o pagamento e que o auto não tenha sido lavrado. Nesse caso, o delegado incorreu no crime de corrupção passiva, o que provoca aumento de pena. O advogado, porém, não deve responder por qualquer delito.
- 15 **Situação hipotética:** Um médico experiente, ao realizar procedimento cirúrgico, esqueceu uma agulha no tórax do paciente, o que implicou para este infecção no pulmão e, por fim, óbito. **Assertiva:** O médico deve responder pelo crime de homicídio culposo por imperícia.
- 16 Caso um agente mantenha um casal de namorados em seu poder, e lhes ameace ceifar a vida se não cooperarem em efetuar saques em caixas eletrônicos, cometerá o crime de extorsão mediante sequestro.
- 17 Em caso de crime de estupro contra vulnerável, incidirá causa especial de aumento de pena se a vítima for portadora de enfermidade ou deficiência mental, não tiver o necessário discernimento para a prática do ato e também quando, por qualquer outra causa, não puder oferecer resistência.
- 18 Se o policial deixa de cumprir com seu dever de vedar ao preso o acesso a telefone celular que possibilite ao encarcerado comunicação com o ambiente externo, configura-se crime de condescendência criminosa.

Julgue os itens a seguir, referentes a princípios do processo penal, órgãos de persecução penal e aplicação da lei processual no tempo e na competência.

- 19 **Situação hipotética:** Sob a vigência da lei penal processual X, José cometeu um delito. Após o fato, passou a vigor a lei penal processual Y, que, além de incluir outras medidas cautelares, inseriu nova hipótese de prisão preventiva e revogou a lei X. Em seguida, José foi denunciado. **Assertiva:** Nessa situação, o magistrado não poderá decretar a prisão preventiva com base nesse novo fundamento previsto na lei Y.
- 20 O desaforamento configura hipótese de modificação da competência incidente sobre os crimes que são de competência do tribunal do júri e voltados para o interesse da sociedade; além disso, o desaforamento pode ser requerido pelo Ministério Público, sem que haja a oitiva da defesa.
- 21 O acompanhamento de julgamentos por qualquer cidadão e a possibilidade de acesso aos autos de processos criminais para determinado número de pessoas servem para dar publicidade e conferir maior legitimidade ao judiciário na aplicação da lei.
- 22 Em virtude da aplicação do princípio do promotor natural, é indispensável que o Ministério Público seja impulsionado a agir.

Julgue os itens que se seguem referentes a inquérito policial, provas, abordagem policial e prisão.

- 23 **Situação hipotética:** José e Pedro, policiais militares, durante ronda de madrugada em local ermo avistaram duas mulheres em atitude suspeita de consumo de drogas. **Assertiva:** Nessa situação, a demora na busca pessoal poderia prejudicar a eficácia da diligência, razão pela qual será permitida a sua realização, sem a necessidade de que seja feita por policiais do sexo feminino.
- 24 A autoridade policial poderá prender um criminoso em flagrante delito, mas a prisão preventiva não poderá ser decretada pelo juiz no curso do inquérito policial, pois essa deve ser requerida, diretamente, pelo Ministério Público.
- 25 O exame de corpo de delito é indispensável nas infrações que deixam vestígios, mas, se esses já tiverem desaparecido, não será possível realizar o exame, que pode ser substituído pelo depoimento de testemunhas.
- 26 Após o arquivamento do inquérito, poderão ocorrer novas diligências investigativas sobre o mesmo fato, desde que surjam novas provas, consideradas inéditas, não conhecidas no âmbito do referido procedimento.
- 27 O laudo pericial, produzido por dois peritos oficiais, que ateste a ocorrência do delito é prova irrefutável a qual vincula o juiz a expedir o decreto condenatório.

Julgue os itens a seguir, no que diz respeito ao direito processual penal militar.

- 28 **Situação hipotética:** Um sargento foi indiciado em inquérito policial militar (IPM), por ter, supostamente, cometido um crime militar. Diversas provas foram juntadas aos autos e outras estavam em fase de diligências. **Assertiva:** Pelo princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, o advogado do sargento tem direito de acesso a todas as provas, inclusive às que não foram constituídas definitivamente.
- 29 No âmbito das corporações militares estaduais, não se instaura portaria de inquérito policial militar (IPM) por decisão do Superior Tribunal Militar.
- 30 **Situação hipotética:** Um militar foi denunciado pelo Ministério Público perante a Justiça Militar Estadual (JME) por, supostamente, ter cometido crime militar, sendo a denúncia recebida pelo Poder Judiciário. **Assertiva:** Diante da denúncia ofertada, o promotor de justiça não poderá desistir da ação penal militar, ainda que entenda que o réu deva ser absolvido.
- 31 **Situação hipotética:** Um sargento cometeu o crime de lesão corporal em outra praça da corporação tornando-se réu na Justiça Militar Estadual (JME). **Assertiva:** O ofendido, seus pais, tios e filhos podem habilitar-se a intervir na ação penal militar como assistentes do Ministério Público.
- 32 Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), se um militar for flagrado na sua corporação estadual com pequena quantidade de maconha, será inviável a sua absolvição pela aplicação do princípio da insignificância.
- 33 **Situação hipotética:** Um determinado réu, perante a Justiça Militar Estadual (JME), confessou, em juízo, a autoria do crime militar que lhe foi imputado. **Assertiva:** Pelo princípio da verdade real, o juiz de direito da JME não pode formar seu convencimento apenas por essa confissão.

Ainda, em relação ao direito processual penal militar, julgue os próximos itens.

- 34 **Situação hipotética:** Um tenente se tornou réu em ação penal militar por ter furtado determinado bem de sua corporação estadual. Com os proventos do crime, o réu adquiriu bens móveis e imóveis. **Assertiva:** Esses bens devem ser sujeitos a sequestro, desde que não tenham sido transferidos a terceiros.
- 35 **Situação hipotética:** Um tenente foi processado por crime previsto no Estatuto de Desarmamento e, no curso da ação, foi licenciado, a bem da disciplina, da sua corporação estadual. **Assertiva:** Segundo entendimento do STJ, o tenente deve permanecer com direito ao recolhimento a quartel ou prisão antes de sentença penal irrecorrível.
- 36 Se um militar for preso em flagrante delito com determinado objeto, esse material poderá ser restituído tanto pela autoridade policial militar, quanto pelo juiz.

Com relação à polícia judiciária militar, julgue os itens a seguir.

- 37 Se um major reformado for indiciado em inquérito policial militar (IPM), as atribuições de polícia judiciária militar poderão ser delegadas a um coronel da reserva remunerada.
- 38 Suponha que um capitão da ativa seja suspeito de ter cometido certo crime militar. Nessa situação, o comandante da unidade poderá instaurar inquérito policial militar (IPM) e delegar as atribuições de polícia judiciária militar a outro capitão da mesma corporação.

A respeito do crime de deserção, julgue os itens que se seguem.

- 39 Se, terminadas as férias, um sargento deixar de se apresentar sem justo motivo dentro de oito dias, ele terá cometido o crime de deserção propriamente dita.
- 40 É inadmissível a tentativa no crime de deserção.
- 41 São considerados sujeitos passivos do crime de deserção a instituição militar e o serviço militar.
- 42 No caso de um oficial preso evadir-se do recinto da prisão, caracteriza-se o denominado crime de deserção especial ou instantânea.
- 43 Se um sargento de trinta anos de idade cometer o crime de deserção e não ocorrer a sua captura, ou apresentação voluntária, haverá a extinção da punibilidade no prazo de quatro anos a contar da consumação do delito, pois a pena máxima prevista para este tipo de crime é de dois anos.
- 44 **Situação hipotética:** Um militar cometeu o crime de deserção e, voluntariamente, se apresentou na sua unidade. Além do compromisso firmado de comparecimento a todas as audiências para as quais fora intimado, o militar solicitou concessão de liberdade provisória por ser réu primário. **Assertiva:** Nessa situação, diante da apresentação voluntária, do compromisso firmado e da ausência de antecedentes criminais, a autoridade competente tem o prazo de quarenta e oito horas para conceder liberdade provisória a esse militar.
- 45 Suponha que um militar tenha cometido o crime de deserção no ano de 2014. Nessa situação, para que ele possa ser preso, é necessário que o responsável pela prisão tenha um mandado judicial.
- 46 Quando um militar se torna desertor, uma das providências da autoridade competente é inventariar os bens pertencentes à fazenda pública estadual que foram distribuídos ao ausente, além dos bens particulares por ele deixados. Entretanto o respectivo termo de inventário, que será uma das peças da instrução provisória de deserção (IPD), deve ser lavrado ainda que não haja o inventário dos bens materiais.
- 47 Ainda que um militar condenado pelo crime de deserção tenha bons antecedentes, não lhe será concedido o benefício da suspensão da pena.

Com relação ao IPM e aos múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue os próximos itens.

- 48 Suponha que certo comandante tenha instaurado um IPM e, no curso da investigação, diante do conjunto probatório obtido, tenha concluído que não deveria tê-lo instaurado, o que implicou análises frente à possibilidade de arquivá-lo. Nessa situação, o IPM não poderá ser arquivado, o que obrigará o comandante a efetuar a conclusão e o encaminhamento do processo à justiça militar estadual (JME).
- 49 O IPM é procedimento administrativo e não é obrigatório para a persecução penal.
- 50 De acordo com parte da doutrina, durante o curso de um IPM, há possibilidade de o encarregado representar pela prisão temporária do indiciado, a qual pode ser decretada somente pelo juiz, estando proibido de requerer essa prisão o Ministério Público Militar.

Mais do que nunca, nos dias atuais, deve-se valorizar a importância do diálogo como meio de resolução de conflitos. A respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

- 51 Um ruído de comunicação atrapalha o diálogo devido ao conhecimento limitado sobre o assunto por parte do emissor, ou seja, aquele que fala.
- 52 Entre os pontos positivos do diálogo destacam-se a possibilidade de explicar, fechar questões e defender ideias.

Julgue os itens que se seguem, no que se refere às diferenças conceituais entre polícia preventiva, polícia tradicional, polícia comunitária e policiamento comunitário.

- 53 As informações mais importantes para a polícia tradicional são aquelas relacionadas com as atividades delituosas de indivíduos ou grupos.
- 54 Pelo princípio do comprometimento da organização com a concessão de poder à comunidade, a polícia comunitária deve identificar, junto à comunidade, seus anseios e suas preocupações, a fim de traduzi-los em procedimentos de segurança.
- 55 Sob a filosofia de polícia comunitária, a polícia deixa de ser a única responsável pelo combate à criminalidade, e o cidadão passa a ser um sujeito proativo, com o intuito de agir preventivamente.
- 56 O planejamento estratégico, com base na incidência criminal, e a complexidade dos problemas locais caracterizam uma das ações integradas entre a polícia investigativa e a ostensiva.
- 57 O policiamento comunitário baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos.

Com relação ao policiamento comunitário no estado do Ceará, julgue os próximos itens.

- 58 O centro de confluência dos interesses comuns de segurança pública no Programa Ronda do Quarteirão consiste de um núcleo urbano georreferenciado com uma área de 1,5 km² a 3 km².
- 59 Entre as parcerias realizadas pelos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), destaca-se o papel estratégico da educação.

O policiamento de grandes eventos compreende bem mais do que a utilização de técnicas e táticas com o objetivo de garantir a ordem pública em um local de espetáculo. Outros fatores, muitos deles de natureza burocrática, também compõem o mosaico que define a segurança de todos os envolvidos em um grande evento.

Em relação a esse assunto e aos vários aspectos a ele relacionados, julgue os itens a seguir.

- 60 Tanto os artistas quanto o público presente são considerados protagonistas em um grande evento.
- 61 Independentemente do tipo de evento, a conduta da Polícia Militar deve ser sempre invariável dentro das suas atribuições legais.
- 62 A vigilância patrimonial em grandes eventos realizados em estádios, ginásios etc., necessariamente deverá ser realizada pela Polícia Militar; além disso, é vedada a participação de vigilantes particulares.
- 63 No estado do Ceará não é permitido ingerir bebidas alcoólicas em estádios de futebol, exceto três horas antes e uma hora após o jogo, dentro de um raio de cem metros do local de realização do espetáculo.
- 64 Para participar do policiamento em eventos com público superior a três mil expectadores, o policial militar deverá obter habilitação especial por meio de curso de extensão em segurança para grandes eventos, ministrado por empresas especializadas e credenciadas pela Polícia Federal.
- 65 De acordo com a classificação da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE/MJ), no policiamento em grandes eventos, uma atenção especial deve ser dada à presença de autoridades e dignitários locais, ou seja, o público alvo das operações.
- 66 Conforme o artigo 14 do Estatuto do Torcedor (Lei n.º 10.671/2003), a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da Polícia Militar e de seus dirigentes.

Acerca das particularidades e dos aspectos legais do policiamento em grandes eventos esportivos, julgue os itens subsecutivos.

- 67 De acordo com a legislação aplicada a grandes eventos, é permitido a todo agente policial que esteja de folga adentrar ou permanecer armado no local de um grande espetáculo, porém, essa regra não vale aos integrantes das Forças Armadas.
- 68 Na execução de policiamento em grandes eventos, no dia do fato, a vistoria deverá ser realizada por uma equipe precursora, momentos antes de se iniciar o evento, a fim de verificar situações ocorridas de última hora que podem impactar a segurança do evento.
- 69 O público presente em eventos esportivos pode ser classificado, segundo critérios psicológicos, em público eventual e público fanático; o último é composto tanto por indivíduos pacíficos, quanto por violentos.
- 70 Além de apoiar o seu time, projetos sociais como doação de sangue, donativos e alimentos representam exemplos de motivações explícitas que levam torcedores esportivos a criar as torcidas organizadas.
- 71 O acompanhamento das ações violentas no âmbito das torcidas organizadas dentro do estado do Ceará é realizado pelo Ministério Público Estadual por meio do Núcleo do Desporto e Defesa do Torcedor (NUDETOR), cuja participação nos grandes jogos assume um papel de protagonista no planejamento das ações de segurança.
- 72 Segundo o Estatuto do Torcedor, torcida organizada é aquela que se forma a partir de um grupo de pessoas que se organizam para apoiar seu clube em competições desportivas, mesmo que essas reuniões sejam de forma isolada e sem cunho jurídico.
- 73 Entre as medidas adotadas pelo estado cearense para conter a violência nos estádios de futebol e proporcionar mais segurança aos espectadores, está a realização de reuniões semanais entre a Polícia Militar e os dirigentes das torcidas organizadas dos times participantes da competição.

A Polícia Militar, em sua missão de polícia ostensiva, também atua como polícia administrativa em praças desportivas (estádios, arenas, ginásios etc.), atividade essa amparada por doutrinas e legislações vigentes. Com base nesse tipo de atuação policial, julgue os itens que se seguem.

- 74 Os termos arena e estádio são sinônimos e não há diferenciação entre seus conceitos.
- 75 Um evento em praça desportiva pode ser de grande complexidade quando realizado em um local com enorme amplitude, como, por exemplo, um jogo da copa do mundo de futebol; nesse caso, o efetivo que será empregado deverá ser numeroso, e os policiais deverão, necessariamente, conhecer todo o local, além de não se restringirem ao espaço de sua atuação.

- 76 As praças esportivas, quanto à sua estrutura, podem ser classificadas em cobertas, descobertas ou cobertas parcialmente.
- 77 Para fins de planejamento do policiamento, um estádio de futebol é dividido em diferentes zonas, e a zona de segurança interna compreende a área de atividade ou o campo onde o jogo acontece.
- 78 Para fins de distribuição do policiamento, um estádio de futebol é devidamente setorizado, e são consideradas áreas externas os estacionamentos de viaturas de tropas e terminais de ônibus, já as áreas internas são os espaços destinados à escolta dos árbitros.
- 79 Em um jogo de futebol, deve haver, dentro do campo, dois tipos de segurança, um para os árbitros e outro para evitar invasões no campo.
- 80 Ao término do jogo, a escolta da arbitragem deverá permanecer realizando a segurança dos árbitros, enquanto eles estiverem nos vestiários, até sua saída do local do evento desportivo.

A respeito do Estatuto do Torcedor, julgue os próximos itens.

- 81 Durante um jogo de futebol, nenhum policial poderá adentrar o campo, salvo se for solicitado pelo árbitro da partida; nessa situação o comandante do policiamento do setor do campo terá o controle de tal ato.
- 82 Para uma partida de futebol com um público estimado em 30.000 pessoas, a organização do evento deverá providenciar a presença de, no mínimo, três ambulâncias, três médicos e seis enfermeiros para apoio ao evento.
- 83 Os torcedores poderão entrar na praça esportiva três horas antes do início do evento, de acordo com o previsto no regulamento da competição.
- 84 O comandante do policiamento nas praças desportivas deverá ser um oficial superior, que será responsável pela implementação das ações previamente estabelecidas pelo planejamento do evento.
- 85 O cambismo constitui um fato atípico e não é considerado uma infração penal, pois ainda necessita de uma norma regulamentadora.
- 86 Para ter acesso ao recinto esportivo, o torcedor deverá consentir em ser submetido à busca pessoal por membros da segurança do evento e não poderá portar fogos de artifícios.
- 87 As torcidas organizadas deverão ter o cadastro atualizado de todos os seus associados ou membros, exceto aquelas torcidas que ainda não têm seu registro no órgão competente.

Acerca dos conceitos, das metodologias e dos tipos de análise criminal, julgue os itens a seguir.

- 88 A análise criminal é vista como metodologia de produção de conhecimento e tem como norteador central a apresentação de números absolutos de violência e criminalidade, representados estatisticamente, com a finalidade de subsidiar os gestores quanto ao redirecionamento das ações do sistema de segurança pública.
- 89 A análise criminal estratégica visa à identificação de um padrão geral de delinquência ou às tendências de criminalidade e tem como um de seus principais focos a formulação de políticas públicas; já a análise criminal tática consiste na atividade de produção do conhecimento voltada para o estudo dos fenômenos criminais e das suas influências com enfoque nas atividades preventiva e repressiva.

Com relação à análise e à interpretação de dados estatísticos e aos indicadores do fenômeno criminal, julgue os itens subsequentes.

- 90 A hierarquização de cidades, municípios, bairros etc., dentro de *rankings* de criminalidade baseado em dados estatísticos, de regra, conduz a análises e interpretações realistas, com a imposição de medidas diferenciadas e prioritárias de combate à violência em determinada cidade ou região em particular.
- 91 Um dos fatores que dificulta a análise precisa dos dados estatísticos de segurança pública é a sazonalidade, por isso é recomendável que sejam comparados dados estatísticos levantados em períodos de tempo equivalentes.

João, ao sair de serviço, deslocou-se à reserva de armamento para devolver ao armeiro seu revólver calibre 38. De imediato, ao entrar na fila que se formava, João passou a manuseá-la e colocou a arma, ainda fechada, na sua mão esquerda, com o guarda mato apoiado na palma da mão; rebateu o tambor com o dedo polegar da mão direita, pressionou o botão serrilhado e abriu a arma, enquanto os dedos anular e médio da mão esquerda rebateram o tambor. A seguir, pressionou a vareta do extrator com o cano do revolver voltado para cima, descarregou e desmuniu a arma, inspecionando-a em seguida (inspeção visual e tátil). Ao chegar à sua vez, João entregou sua arma ao armeiro.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 92 Fora de serviço, quando houver a necessidade de entregar a arma para outra pessoa, o policial deverá certificar-se de que essa se encontra desmuniada e descarregada e, se possível, manter a câmara visível (ferrolho travado, tambor aberto etc.) ao novo operador.
- 93 Com sua atitude, João executou corretamente todos os procedimentos previstos para inspeção e manuseio da sua arma antes de devolvê-la.

Com relação às características técnicas e ao sistema de segurança do revólver calibre 38, modelo 827s, julgue os próximos itens.

- 94 A barra de transferência funciona como mecanismo de segurança, pois permite o contato do cão com o percussor somente após o acionamento do gatilho.
- 95 O disparo pode acontecer, exclusivamente, mediante tiro em ação dupla, contudo a cadência de tiro é limitada pela destreza do atirador em recarregar o tambor e por sua habilidade com a arma.

Acerca das características técnicas, inspeção e manuseio da pistola calibre .40, julgue os itens a seguir.

- 96 Uma pistola modelo PT 100 não possui desarmador do cão, assim para travar /destravar esse tipo de arma, o policial deverá acionar o registro de segurança para cima e travar a arma.
- 97 A pistola PT 24/7 é uma arma de porte, empregada individualmente, que pode ter funcionamento automático ou semiautomático e o *blow back* é uma característica técnica do seu princípio de funcionamento.

No que diz respeito a características técnicas, inspeção e manuseio das espingardas calibre 12, julgue os itens subsequentes.

- 98 Para a inspeção e o manuseio da espingarda Pump CBC 12, modelo 586.2, basta acionar a trava da corredeira, recuar a telha até o batente e retirar o cartucho da câmara. Caso permaneça um cartucho no tubo de depósito, esse também deverá ser retirado.
- 99 As espingardas Benelli são espingardas de 2.^a geração e com ação de bomba (*pump action*). Os cartuchos ficam alojados em um carregador tubular sob o cano, e, para que esses sejam colocados na câmara, o atirador deve manejar a telha de arma para trás e para frente.

Julgue o seguinte item, acerca da inspeção e do manuseio do Fuzil Imbel MD.

- 100 No recuo das peças móveis, a abertura se dá com o impulsor do ferrolho deslocando-se para a retaguarda, perdendo contato com a face posterior da extensão do cano, sob a ação do êmbolo recuado pelos gases.